

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16394 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) E CIDADES EDUCADORAS: DESAFIOS À JUSTIÇA E EQUIDADE

Ana Paula Rohrbek Chiarello - URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) E CIDADES EDUCADORAS: DESAFIOS À JUSTIÇA E EQUIDADE

Ana Paula Rohrbek Chiarello

Edite Maria Sudbrack

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar as possibilidades e limites de articulação entre o Plano de Ações Articuladas (PAR) e (os princípios) de cidades Educadoras no oeste catarinense, de forma justa e equânime. Seguindo a abordagem qualitativa, como ferramenta de coleta de dados, utilizamos a técnica do Grupo Focal. A partir de Mainardes (2006), procuramos entender as contribuições do ciclo de políticas para a análise de políticas educacionais, tendo como base a perspectiva pós-estruturalista. O estudo foi conduzido com base na questão de pesquisa: “Qual a possibilidade dos princípios da Cidade Educadora contribuírem para a corporificação e exequibilidade do Plano de Ações Articuladas (PAR), respeitando parâmetros justos e equânimes?”. Concluímos apresentando a Cidade Educadora como uma proposição de organização social fundamentada na justiça e equidade, que promove a cidadania. Durante esse processo, foram agregadas as discussões sobre a cátedra UNESCO, enriquecendo ainda mais nossa compreensão de sociedade mais justa e equânime.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Cidades Educadoras. Plano de Ações Articuladas. Justiça. Equidade.

Introdução: O objetivo geral desta pesquisa foi de investigar as possibilidades e limites de articulação entre o Plano de Ações Articuladas (PAR) e (os princípios) de cidades Educadoras no oeste catarinense, de forma justa e equânime. A investigação foi guiada pelo problema da pesquisa “Qual a possibilidade dos princípios da Cidade Educadora contribuírem para a corporificação e exequibilidade do Plano de Ações Articuladas (PAR), respeitando parâmetros justos e equânimes?”. Foi assim que postulamos uma hipótese: A construção do Plano de Ações Articuladas (PAR), nos moldes (articulada com os princípios) de Cidade Educadora, pode contribuir para desenvolver as potencialidades educadoras em uma cidade mais justa, ampliando o espaço educativo para além da escola. **Métodos:** Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, fornecem uma visão dos caminhos percorridos. Destacamos a escolha e concepção da pesquisa, o local de realização, a base epistemológica, o desenho metodológico baseado no Ciclo de Políticas, bem como os processos de coleta e

geração de dados, juntamente com os procedimentos de análise, visando garantir o alcance dos objetivos propostos. Optamos por uma abordagem qualitativa para esta pesquisa, utilizando as técnicas de Grupo Focal como principal ferramenta de coleta de dados. Inspiradas em Mainardes (2006), buscamos compreender as contribuições da abordagem do ciclo de políticas para a análise das políticas educacionais, com base na perspectiva pós-estruturalista. Para a análise dos dados, adotamos o processo de categorização, conforme proposto por Moraes (2003), associando as categorias estabelecidas neste estudo: "Cidade que educa e transforma", "Direito e compromisso da Cidade Educadora" e "Sinergia entre PAR x Cidade Educadora". Essas categorias foram essenciais para explorar e interpretar os dados coletados de maneira abrangente e significativa. **Discussões e resultados:** Elaboramos a análise dos dados, partindo de um esboço preliminar e considerando o contexto de influência, o de produção de texto e o da prática, conforme delineado no Ciclo de Políticas Públicas. Resgatamos, também, o processo de categorização adotado durante a metodologia para análise dos dados. Após coletados, esses foram classificados nas categorias seguintes: "Promoção da educação e transformação urbana", "Obrigações e responsabilidades de uma Cidade Educadora" e "Sintonia entre o Plano de Ações Articuladas (PAR) e a concepção de Cidade Educadora". A análise demonstrou a sinergia entre o PAR e a concepção de Cidade Educadora, emergindo de discussões com o grupo focal e de frames das entrevistas conduzidas durante os encontros do grupo focal. **Conclusões:** Ao longo de toda essa construção, muitas perguntas foram surgindo, além daquelas que motivaram o início da pesquisa. Agora, as mesmas merecem respostas. Recuperamos, então, as questões para ver se conseguimos atendê-las. **Sobre a pergunta: Como podemos estimular o desenvolvimento de uma sociedade que adote uma postura crítica em relação aos aspectos pertinentes à Cidade Educadora?** Durante os encontros, foi possível perceber o anseio da sociedade por ações que pensem criticamente os territórios de uma cidade que educa e transforma. Esse momento em que demonstramos o papel fundamental de uma cidade com princípios que educam vai além de simplesmente instruir. Caracteriza-se como uma oportunidade ímpar de estimular não apenas o desenvolvimento individual, mas também o coletivo, fomentando uma sociedade que adote uma postura crítica e proativa em relação aos aspectos pertinentes às propostas de uma cidade que educa e transforma. Nesse contexto, outra opção é trabalhar a educação não apenas como um ato isolado, mas sim uma força transformadora que permeia todas as esferas da vida urbana, promovendo inclusão, igualdade de oportunidades e um ambiente propício ao crescimento e à realização pessoal e coletiva. Outro fator que auxilia no incentivo nessa caminhada é, de acordo com Morigi (2014), a troca e o diálogo com outras cidades que se assumem como Cidades Educadoras. Tal reconhecimento dos princípios da Carta das cidades Educadoras tem enriquecido práticas e provocado a reflexão sobre a maneira com que essas são efetivadas.

Sobre as perguntas: "Os professores participam de forma ativa na construção do PAR, propondo ações e refletindo sobre as metas do mesmo e sua contribuição do ideário de uma Cidade Educadora? A sociedade participa das ações propostas pela CONAE?" recuperamos a trajetória deste trabalho. Diante do contexto estudado e já apresentado, percebemos a

necessidade de adotar estratégias que possibilitem a criação de uma cultura de engajamento, de participação. Isso é fundamental para que todos os cidadãos se sintam capacitados a contribuir para a construção de uma cidade que educa, que promove o bem-estar a seus habitantes. Para Morigi (2014), as cidades que pretendem ser educadoras necessitam de uma mudança e de se adaptarem a ela, assumindo novas responsabilidades e se redefinindo politicamente, convocando a participação em momentos de construção, como: orçamento participativo, organização de conselhos, criação de entidades da sociedade civil, participação na CONAE e em audiências públicas. Uma sociedade que expresse suas opiniões de forma crítica com o intuito de ajudar os gestores locais a buscar soluções com suas demandas vai ao encontro dos princípios estabelecidos pela Carta das Cidades Educadoras. Também é preciso entender o nível de engajamento dos professores na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), tanto ao proporem iniciativas quanto ao refletirem sobre suas metas e na contribuição do ideário de uma Cidade Educadora. De igual importância, investigamos o grau de participação da sociedade nas iniciativas propostas pela (CONAE). Assim como já apresentado por Souza (2015), constatamos que falta a participação mais efetiva dos professores e equipe técnica de forma conjunta no momento de se pensar nas ações do PAR a serem contempladas no planejamento e no trabalho final de inserção no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). Foi possível identificar, durante a participação na CONAE 2021, que somente professores participaram do momento, sem a representação da comunidade. Durante as entrevistas realizadas com o grupo focal, percebemos que, para os professores, a geração de dados que alimentam o Simec e até chegam à CONAE é muito fechada: “Nada vem aberto para a gente decidir, para a gente formalizar ou para a gente pensar. São 20 metas que a gente tem que cumprir, e essas 20 metas estão ligadas diretamente aos recursos disponíveis, que o PAR possa disponibilizar” (P4). Ou ainda: “Eu acho interessante, é importante essas discussões, né? O conhecimento dos planos, de todas as esferas. Só que é sempre corrido, você não consegue fazer proposições efetivas” (P7). Observamos contradições no processo, pois, ao mesmo tempo em que buscamos engajamento da sociedade, professores, pais e demais cidadãos, percebemos que a maneira como as informações são coletadas para o Plano de Ações Articuladas (PAR) e para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) é, segundo relatos, bastante restrita. Essa restrição precisa ser repensada, de modo a assegurar o aprimoramento do sistema educacional. Vale ressaltar pontos positivos referentes ao PAR identificados neste trabalho, como: o diagnóstico da atual situação antes de fazer as solicitações financeiras; O acesso ao MEC, pois o atendimento é para todos os entes federados, rompendo uma cultura de favorecimentos eleitoreiros e ainda a possibilidade de planejamentos plurianuais. Prosseguindo, lançamos a **pergunta central**: “Qual a possibilidade do Plano de Ações Articuladas (PAR) contribuir na construção de uma Cidade Educadora mais justa e equânime?” Avançamos nessa caminhada ao mergulhar em estudos teóricos sobre a temática das Cidades Educadoras e explorar seus conceitos, além de participarmos de eventos como a CONAE em 2021 e testemunhamos o surgimento da Cátedra UNESCO. Essas experiências nos instigaram a refletir sobre tal questão. Iniciamos entendendo o percorrer histórico sobre o PAR, o qual iniciou-se com a elaboração de diagnósticos dos municípios e ações nas secretarias com a alimentação do Simec. Quanto a

isso, algumas problemáticas foram apresentadas pelos entrevistados durante nosso grupo focal; “a dificuldade para preencher o cadastro era assim. O MEC vê os municípios todos iguais. O questionário que vinha para a gente responder, tanto vinha para um município de três mil habitantes quanto para um de 300 mil” (SE). Registramos outro posicionamento a este respeito: “A ideia das metas, elas são para orientar as ações dos governos. Diante desses depoimentos, percebemos muitos avanços e retrocessos na educação (nos últimos anos).

Vale salientar que teremos novos coadjuvantes quando pensamos na Cátedra Unesco, trazendo universidades como possíveis parceiros dos municípios. Percebemos isso no “I Encontro Cidades que Sensibilizam, Motivam e Transformam”, realizado em 23 de fevereiro de 2024, no município de Planalto Alegre-SC. O evento contou com a presença de universidades, como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), integrante da Cátedra, no ato sendo representada por Alexandre Maurício Matiello. A propósito, evidenciamos, aqui, um grande gargalo para o movimento das Cidades Educadoras promovido pela AICE: a ausência de monitoramento das cidades membros da associação. A falta de critérios para adesão e manutenção das cidades na rede pode levar ao descompromisso do município para além do “selo” ou “prêmio” por ser uma Cidade Educadora. Essa premiação não pode resultar apenas na espetacularização da cidade (discurso vazios, slogans, etc) e, até mesmo, no aprofundamento das desigualdades, uma vez que encobre seus reais problemas com maquiagens e perfumarias eleitoreiras. Neste momento em que encerramos esta pesquisa, destacamos os frutos já colhidos até aqui. No terceiro encontro com o grupo focal, além das entrevistas realizadas, apresentamos algumas ideias de projetos já adotados por outros municípios aos gestores, secretários, vereadores, vice-prefeito, prefeito e sociedade civil. Propusemos uma oficina sobre alguns temas relevantes, buscando engajar todos os envolvidos na construção de uma comunidade mais educadora e participativa. Diante dessas propostas, decidimos compartilhá-las com o prefeito em um evento denominado “Café com o prefeito”. As sugestões foram muito bem recebidas e, nesse momento de partilha, também estiveram presentes um representante da empresa ambiental responsável pela coleta do lixo e um do Consórcio Iberê (O Iberê tem por objetivo: Discutir e implementar, de modo participativo, um programa integrado que se fundamente em uma cultura de respeito pela natureza e cidadania.). O momento possibilitou o início dos primeiros encaminhamentos para que as propostas elaboradas pelos grupos sejam efetivamente colocadas em prática. Entre esses, destacam-se a criação, por meio de portaria, do Comitê das Cidades Educadoras de Planalto Alegre - SC, bem como a organização do “I Encontro Cidades que Sensibilizam, Motivam e Transformam”, realizado pelo Comitê, o encontro reuniu um grande público e contou com uma programação especial: o Professor Alexandre Mauricio Matiello, da UFFS, liderou uma discussão sobre o tema: Cidades que educam. Essas iniciativas representam passos concretos em direção à construção de uma comunidade mais engajada e comprometida com a educação e o desenvolvimento local. A possibilidade de estabelecer um comitê que não faz parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), mas que escolhe trilhar seu próprio caminho é, sem dúvida, um ponto muito positivo. Acreditamos que não estamos encerrando nossas atividades aqui, já que há muito mais por fazer. Concluimos ancorando-nos

em uma citação de Bauman (2009):

Podemos, portanto, aprender essa arte na cidade e desenvolver certas capacidades que serão úteis não apenas no plano local, no espaço físico, mas também no plano global. E talvez, em consequência disso, estejamos mais preparados para enfrentar a enorme tarefa que temos diante de nós, gostemos ou não, e que há de marcar nossa vida inteira: a tarefa que temos diante de nós, gostemos ou não, e que há de marcar nossa vida inteira: a tarefa de tornar humana a comunidade dos homens. (Bauman, 2009, p. 89)

O presente estudo não encerra o debate, mas aponta novas portas para o conhecimento, desencadeia um ciclo contínuo de indagação e exploração. Ao invés de encerrar o debate, lança luz sobre caminhos inexplorados e cenários investigativos que alimentam ainda mais a curiosidade e o desejo de descoberta.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro/RJ: **Jorge Zahar Editor**, 2009.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru/SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORIGI, Valter. Cidades Educadoras: possibilidades de novas políticas para reinventar a democracia. 2014, 154f. **Tese (Doutorado em Educação)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2014.

SOUZA, Aisllan Augusto de. **Efeitos do PAR na configuração da gestão do sistema educacional de um município da Região da Campanha do RS**: análise dos modos de regulação. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2015.